

Quem estiver no poder ganha mais, política e financeiramente

Os vencimentos dos deputados do Rio Grande do Norte não ficam muito atrás, Cz\$ 75 mil. Com uma diferença: os próprios parlamentares pagam a conta telefônica — linha direta só com o presidente da Casa — e custeiam seu transporte. Carros oficiais — Opalas 85, 84 e 83 — estão à disposição, respectivamente, do presidente, do primeiro-vice e do primeiro-secretário. Mesmo assim, é um salário alto para um Estado com poucos recursos.

Se pertencerem ao partido do governo, os deputados podem ainda auferir dividendos políticos, indicando pessoas para os escalações inferiores. A aposentadoria também é facilitada pelo Estado e controlada pela Secretaria Estadual da Administração. Para ter direito a 20% dos salários para cada mandato, o parlamentar paga 8% do seu rendimento. Os 8% restantes correm por conta do Estado. Depois de cinco mandatos, portanto, o deputado do Rio Grande do Norte pode aposentar-se com 100% do salário. São apenas 20 anos de trabalho, enquanto o mínimo conseguido por algumas categorias profissionais foi uma aposentadoria aos 25 anos de atividade — ainda assim, com parte das contribuições pagas pelos patrões, da empresa privada.

Na Assembléia Legislativa do Paraná ocorre o inverso. Os deputados recebem Cz\$ 75.740 mensais, mas têm à disposição outros Cz\$ 20 mil por mês como verba de assistência social para aplicar em bolsas de estudos, distribuídas não se sabe bem como. Os líderes dos sete partidos e os membros da mesa diretora da Assembléia têm direito a carro oficial e 750 litros de combustível mensais como "auxílio-gasolina". Há quem duvide desses dados, como o único petista da Casa, Pedro Tonelli. Ele divulgou seus ganhos num boletim do partido, para revolta dos colegas: Cz\$ 110.357,19.

Os salários dos parlamentares no Maranhão são um pouco menores: Cz\$ 72.296,28. A mesa diretora cortou

o auxílio-transporte e o presidente da Casa, Ricardo Murad, devolveu ao Estado todos os carros à disposição dos deputados. Pelo menos no Maranhão os deputados resolveram ser justos consigo próprios: as faltas serão mesmo computadas e quem não comparecer às sessões não receberá jetons.

"Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei." Este é um velho provérbio que ainda vigora em Alagoas. Afinal, são os deputados ligados ao governo os beneficiados pelas moradias. Na escassez de carros oficiais, por exemplo, o PT sobrou. O líder do governo, do PFL, conseguiu garantir um dos dez em circulação. Aliás, o PMDB também. Por mês, os deputados alagoanos recebem Cz\$ 71.370,15. Mas o valor pode subir com o disparo do gatilho salarial.

Seguindo a trilha do Maranhão, Goiás está tentando colocar a Casa em ordem. O novo presidente da Assembléia Legislativa, Frederico Jayme Filho, leiloou oito dos dez carros oficiais. Os dois restantes são de representação, para o transporte de autoridades. Além disso, obrigou os 1.200 funcionários a bater ponto. Os auxílios para moradia, transporte e telefone estão embutidos nos Cz\$ 62 mil mensais.

CINTO APERTADO

Os deputados do Ceará embolsam Cz\$ 58 mil cruzados por mês, mas não estão contentes. A partir do próximo mês, segundo o primeiro-secretário Luiz Pontes, todos deverão passar a receber cerca de Cz\$ 70 mil, "porque há necessidade de um reajuste". O percentual de aumento, porém, ainda está sendo estudado por uma comissão de parlamentares. Nesse valor estão incluídas verba para gasolina, despesas postais e uma pequena cota de telefone. "Estamos apertando o cinto" — garante Pontes, ao lembrar que as ligações telefônicas estão sendo restrinvidas. Linha aberta, carro e cota de combustível só para a Mesa Diretora.

Na conta bancária do deputado Cláudio Valério, do PMDB de Mato Grosso do Sul, também "depositaram" Cz\$ 58 mil, uma soma de valores que ele não sabe especificar. Aliás, ninguém na Assembléia Legislativa do Estado quer falar nisso. Um ex-diretor de administração da Casa calcula os vencimentos entre Cz\$ 70 e 100 mil. De qualquer forma o Legislativo de Campo Grande tem até lugar para os não-reeleitos, empregados sob o título de "procuradores legislativos", com salários de Cz\$ 17 mil, acrescidos de 35,5% de aumento concedido em março. Ao todo, são 39 vagas.

Para um Estado pequeno e pobre como o Espírito Santo, os Cz\$ 45 mil mensais pagos aos deputados parecem uma fortuna. Alguns parlamentares, como Cláudio Vereza, aquele que se sente um marajá, fica difícil até controlar de onde vem tanto dinheiro. "Há tantos 'diversos' que não se sabe o salário exato" — comenta sua assessora, preocupada com a dificuldade de prestação de contas ao partido do deputado, o PT. Um dos itens variados, por exemplo, é a gratificação por participação nas sessões, os jetons. Se estiver ausente, o parlamentar perde o direito a ele, segundo a lei. Mas no Espírito Santo se deu um "jeitinho": alguns funcionários são pagos para assinar os pontos dos ausentes ou evitar a perda de qualquer maneira.

Se não conseguem vantagens próprias, os deputados do Estado aproveitam para "ajudar" a família. Waldemiro Seibel, do PFL, nomeou a filha de 17 anos para o cargo de assessora; o peemedebista Jorge Angera, a noiva, e a mãe; seu colega Valcy Ferreira, a mulher. Os carros oficiais são privilégio de alguns dos membros da Mesa Diretora (presidente, vice, primeiro e segundo-secretário), todos com direito a 600 litros de combustível por mês. Um ex-secretário levou seis meses para gastar mais de cem litros de gasolina.